

# Transição para economia moderna

JOSÉ MATIAS PEREIRA

Nas últimas décadas o Brasil evoluiu de uma sociedade na qual a acumulação se processava de forma primitiva (o sistema era uma mistura de sociedade capitalista mercantil e sociedade pré-capitalista) para uma formação social em que a maneira capitalista de produção preponderante é fundamentada na acumulação através dos benefícios gerados pelo desenvolvimento tecnológico e na extração de mais-valia relativa com destaque para as empresas estatais e as multinacionais.

Pode-se afirmar que a economia brasileira, nestas últimas quase seis décadas, transformou-se em uma economia industrializada (subdesenvolvida) dependente, onde a burguesia é a classe dominante (composta de um segmento monopolista local, industrial e financeiro, de um segmento médio e pequeno de empresários industriais, comerciais, de prestação de serviços e agrícolas, na qual pode ser ainda incluída a classe dos tecnoburocratas). A ideologia predominante é a do capitalismo competitivo, liberal, a economia é monopolista e altamente estatizada.

Para uma melhor compreensão dessas transformações, parece-me importante analisar os distintos estágios da evolução da economia brasileira nas últimas décadas:

**Modelo de substituição de Importação.** No período compreendido entre 1930 e 1960 as exportações e as importações permaneceram estagnadas. A economia voltou-se para o mercado interno e industrializou-se num ritmo acelerado. O coeficiente de importação caiu cerca de 20% em 1930 para o patamar de 7%, aproximadamente em 1960.

**Modelo de Industrialização (subdesenvolvido) Dependente.** Na década de cinquenta ocorre a transição para o modelo de industrialização (subdesenvolvido) dependente que vigora até o presente. Naquele período (1950/1960) instalaram-se no País, em grande quantidade, as empresas estatais e as multinacionais industriais. O componente "tecnologia" é o responsável pela decadência do modelo, tendo em vista a incapacidade (especialmente financeira) do País em desenvolver pesquisas para acompanhar o desenvolvimento tecnológico nos setores de ponta.

Vale ressaltar que no primeiro modelo (de substituição de importações) a acumulação foi financiada via transferência de renda do setor de exportação (notadamente café) para o setor industrial. No segundo modelo (industrialização dependente), especialmente após 1964, ocorreu uma forte transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas e para as camadas de renda média (representada na sua quase totalidade pelos tecnoburocratas), através da política de compressão salarial, enquanto a produtividade aumentava de forma acentuada.

É preciso destacar também que essa estratégia de crescimento da economia a "qualquer custo" contou com algumas vantagens adicionais, como: energia barata (hidrelétrica e petróleo) e com um endividamento externo descontrolado.

Esses foram os ingredientes básicos do "milagre econômico", que após o crescimento inicial teve que enfrentar sucessivas crises, destacando-se: a crise do balanço de pagamento (com sérios reflexos na atualidade), a crise das políticas restritivas, notadamente monetárias; que começaram em 1974 e atingem o seu ápice em 1981, com uma brutal recessão no setor industrial (uma intensidade jamais enfrentada pela economia brasileira).

A diminuição global da taxa de produtividade, resultado da desaceleração da economia, ocasionou a queda da taxa de lucro de um lado e a estabilização dos salários de outro. Para diminuir o impacto e compensar essa queda na taxa de lucro o Governo vai montando, de maneira gradativa, um sistema sofisticado (e complexo) de subsídios compensatórios.

Para corrigir os desequilíbrios gerados pelos subsídios no orçamento governamental, especialmente no monetário, recorre-se à emissão de moeda, que estimula a inflação, e ao aumento da dívida interna (lançamento de letras do governo), que provoca a elevação das taxas de juros, induz a especulação financeira e a recessão.

As tentativas para sair da crise começam em 1982. Qualquer alternativa de solução teria que passar necessariamente pela utilização dos instrumentos de política fiscal e administrativa. Esses instrumentos não foram usados, visto que afetariam interesses

poderosos e específicos como as despesas do Estado e o sistema tributário (política fiscal) e controle de preços (política administrativa).

Nesse diapasão o Governo vai se tornando impotente para dar resposta para os problemas da economia (sintoma comum nas crises). O pragmatismo inconsistente dos economistas oficiais, voltados para encontrar saídas para a crise através de definições neoclássicas de intervenção na economia (especialmente monetarista) começa a ruir, a inflação atinge a casa dos três dígitos ao ano e a legitimidade política dos governantes começa a ser questionada.

O surgimento em 1985 da denominada Nova República (que teve início com a campanha em favor das eleições diretas já), em princípio, manteve inalterada a realidade econômica do País. As mudanças começaram a ocorrer após a edição do plano de estabilização da economia (28 de fevereiro de 1986), como veremos a seguir na análise do "Plano Cruzado".

As principais dificuldades da economia brasileira vividas após a implantação do Plano Cruzado estavam relacionadas ao abastecimento e a retomada da inflação acima das expectativas inicialmente esperadas.

As explicações para essas distorções tornaram-se bastante perceptíveis, ressaltando-se a forte expansão da demanda (com uma rigidez da oferta a curto prazo), congelamento de preços de alguns setores em patamares irrealistas, o que provocou a retenção especulativa de estoques, entre outros motivos.

A identificação dessas disfunções não basta. Parece-me oportuno analisar a questão com maior profundidade, considerando a sua complexidade. Vale destacar, em princípio, os pontos centrais obtidos pelo Plano Cruzado: Interrupção da espiral inflacionária; manutenção do nível de atividade econômica; o elevado índice de consumo (com baixos investimentos); aumento nos ganhos dos assalariados de menor renda; crescimento do nível de empregos.

Os problemas críticos do Plano Cruzado, por outro lado, estavam localizados na concessão de subsídios, nas dificuldades existentes para promover uma desestabilização consistente, na carência de uma profunda reforma administrativa, na questão dos déficits governamentais, na dívida pública interna e externa, na política cambial, na necessidade de uma reforma tributária, na necessidade da definição de políticas eficientes voltadas para os segmentos agrícolas e industrial, na inexistência de um sistema financeiro privado orientado para o financiamento de longo prazo, e de forma especial, na baixa capacidade de investimento do Estado.

É importante ressaltar que os problemas acima apontados apenas afloraram com a implementação do Plano Econômico, que permitiu a exclusão de forma artificial da inflação e da recessão (principais variáveis que balizavam os rumos da economia brasileira). Ficou claro, com a implementação do Plano Cruzado que o grande problema governamental reside na fragilidade dos mecanismos setoriais de planejamento, coordenação e principalmente de controle da economia.

Diante dessa realidade, em novembro de 1986 foram feitos ajustamentos no Plano, buscando superar a crise (que já começava a agravar-se) da economia brasileira. O alvo dessas alterações visaram os seguintes objetivos: Fortalecimento da posição do país no plano externo (renegociação da dívida) e no plano interno (redução do curso de dívida pública); redução do déficit governamental (através da promoção de uma profunda reforma administrativa); definição de parâmetros realistas nas políticas cambial, fiscal e monetária; reexame da carga e da base tributária (com vista à sua ampliação); geração de estímulos para os investimentos em setores produtivos. Essas medidas na prática não se efetivaram.

Nesse contexto, não pode ser desconsiderada a questão da participação do Estado na economia, como fator restritivo de investimento de peso. Por sua vez, é importante registrar que a retomada do crescimento econômico do Brasil, até o final da década (a um nível acima de 3% ao ano), não terá sustentação sem a colaboração efetiva do Estado. Dessa forma, torna-se imprescindível a fixação de limites da sua atuação no setor econômico do País, visando de maneira especial, atrair o capital estrangeiro.

José Marias Pereira é economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social